

VENTOS FORTES GERADORA EÓLICA S.A.

16. Receitas e despesas financeiras, líquidas:			
	Controladora	Consolidado	
	2023	2022	2023
Receitas financeiras			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3	1	6.053
Outras	-	-	13
	3	1	6.066
Despesas financeiras			
Juros sobre empréstimos	-	-	(22.402)
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.778)
Despesas bancárias	(1)	(1)	(34)
Outras Despesas	-	-	(397)
	(1)	(4)	(24.611)
	2	(3)	(18.546)
17. Imposto de renda e contribuição social - Corrente			
Reconciliação do imposto de renda e contribuição social			
Imposto de Renda			
Receita bruta	119.954	169.850	119.954
Aliquota	-	-	8%
			9.596
Outras receitas, inclusive financeiras.	6.066	4.299	6.066
Base de cálculo	15.661	17.877	15.661
Aliquota vigente	15%	15%	15%
Imposto apurado	(2.345)	(2.683)	(2.345)
Adicional federal de 10%	(1.315)	(1.765)	(1.315)
Imposto apurado	(3.665)	(4.448)	(3.665)
Contribuição social			
Receita bruta	119.954	169.850	119.954
Aliquota	-	-	12%
			14.394
Outras receitas, inclusive financeiras.	6.066	4.299	6.066
Base de cálculo	20.457	4.126	20.457
Aliquota vigente	9%	9%	9%
Imposto apurado	(1.841)	(3.711)	(1.841)
Total Imposto de Renda e da Contribuição Social	(5.507)	(4.819)	(5.507)
Aliquota de imposto efetiva			
Receita total	126.019	174.149	126.019
Imposto calculado (IR/CS)	(5.507)	(4.819)	(5.507)
	4,37%	2,77%	4,37%
18. Instrumentos financeiros: A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros: 18.1. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas não reconhecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que 100% da sua receita é com partes relacionadas. 18.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas não encontram dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados: Consolidado			
	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Fornecedores	2.505	-	-
Financiamentos	29.636	59.272	221.896
18.3. Risco de mercado: Risco de taxas de juros e inflação: não existe risco de taxas de juros decorrente de parcelas de dívidas e aplicações financeiras, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável na taxa de juros e inflação. 18.4. Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma			

variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e o risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2023 a exposição máxima é de R\$72.870 mil no consolidado e R\$1.454 mil na controladora (R\$57.843 mil no consolidado e R\$12 mil na controladora em 2022) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. **18.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus sócios. **18.6. Análise dos instrumentos financeiros:** É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil	Valor justo		Valor contábil	Valor justo
	2023	2022		2023	2022
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	987	715		987	715
Aplicações financeiras	59.730	46.196		59.730	46.196
Contas a receber	12.153	10.932		12.153	10.932
Outras contas a receber	-	-		-	-
Total	72.870	57.843		72.870	57.843
Passivos financeiros					
Fornecedores	2.505	1.415		2.505	1.415
Financiamentos	281.168	300.565		281.168	300.565
Total	283.673	301.980		283.673	301.980

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos. Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos. **18.7. Instrumentos financeiros por categoria:**

	2023			2022		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	987	-	59.730	987	-	59.730
Contas a receber	12.153	-	10.932	12.153	-	10.932
Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
Total	13.140	-	70.662	13.140	-	70.662
Passivos financeiros						
Fornecedores	-	-	2.505	-	-	2.505
Financiamentos	-	-	281.168	-	-	281.168
Total	-	-	283.673	-	-	283.673

18.8. Hierarquia de valor justo: A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados, incluídas no

Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2. **18.9. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** O principal risco atrelado às operações da Companhia e suas controladas está ligado a variação do CDI para aplicações financeiras e TULP para os financiamentos. As aplicações financeiras estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado. Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e financiamentos aos quais a Companhia e suas controladas estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida para os próximos 12 meses a média de 13,03% (12,39% em 2022) para o CDI e 6,55% (7,20% em 2021) para a TULP, sendo

Operação	Exposição	Risco	Pro-ável	Aumento	Redução
			25%	50%	25%
Aplicação financeira	CDI				
Receita financeira	6.066	13,03%	790	988	1.185
Financiamentos	TULP				
(*) Despesa financeira	(24.611)	6,55%	(1.612)	(2.015)	(2.418)
Resultado financeiro			(822)	(1.027)	(1.233)
19. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023.					

DIRETORIA	
Thadeu Luciano Marcondes Penido - Diretor Presidente	
CONTADOR	
Cleiton Lameira Falcí CRC 15P252875/O-1	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Diretores da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. Pedro Grande - RN. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Ventos Fortes Geradora Eólica S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Ventos Fortes Geradora Eólica S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais

distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024.
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1 - S - RN
Henrique Herbel De Melo Campos - Contador CRC 1 SP 181015/O-3 - S - RN

RN tem maior renda per capita do NE, mas desigualdade ainda é desafio

« RENDIMENTO » Renda per capita domiciliar do RN em 2023 ficou em R\$ 1.373, de acordo com dados divulgados pelo IBGE. Apesar da liderança na região Nordeste, Estado ainda ficou abaixo da média nacional, R\$ 1.893

Rio Grande do Norte teve a maior renda per capita domiciliar do Nordeste em 2023, com um rendimento médio de R\$ 1.373, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora tenha alcançado a liderança da região neste quesito, o RN ainda ficou abaixo da média nacional que é de R\$ 1.893. Ainda segundo o levantamento, o Distrito Federal foi a região com a maior renda por pessoa no País, com R\$ 3.357. No entanto, especialistas ouvidos pela TRIBUNA DO NORTE explicam que os dados estão longe de indicar uma saúde econômica do Estado, mas indicam uma fragilidade de distribuição de renda. Economistas também destacam influência do funcionalismo público.

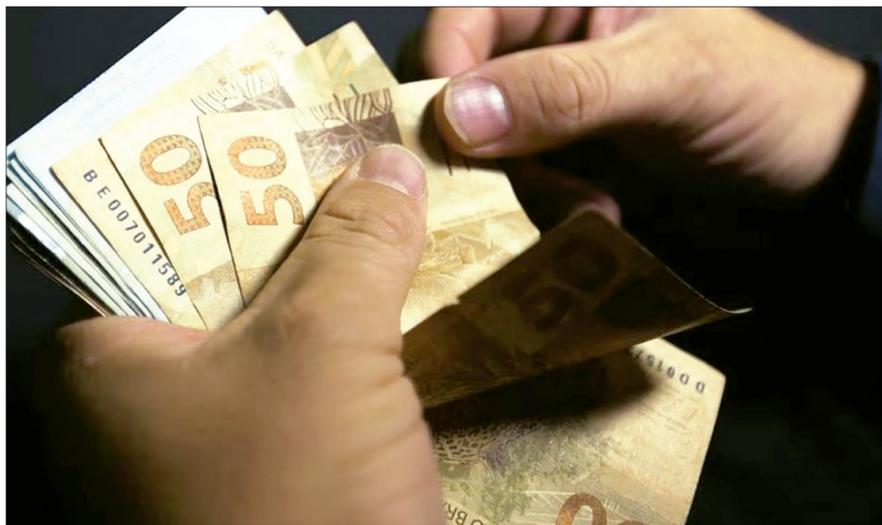
O rendimento domiciliar per capita é um indicador calculado como a razão entre o total dos rendimentos domiciliares (nominais) e o total dos moradores. Nesse cálculo, são considerados os rendimentos de trabalho e de ou-

tras fontes. Todos os moradores são considerados no cálculo, inclusive os pensionistas, empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos. Economistas detalham que a concentração da estrutura produtiva no setor de serviços e no funcionalismo público contribuem para que o Rio Grande do Norte tenha uma renda per capita mais elevada do que os outros estados do NE.

O doutor em desenvolvimento econômico, Cassiano Trovão, diz que o dado não representa, necessariamente, um benefício para a população como um todo. "Historicamente, o setor público paga mais do que o setor privado. Aqui existem muitas instituições, órgãos públicos, com salários acima da média, então o rendimento médio sobe. Olhando pela mesma ótica da renda, o RN está entre os estados com maior nível de desigualdade, de concentração de renda", explica Trovão, que também é professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do RN (UFRN).

Os últimos dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE mostram que em 2022, o Rio Grande do Norte contabilizava 1,6 milhão de habitantes em situação de pobreza e 33,7 mil pessoas em situação de extrema pobreza. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerou, nessa análise, os parâmetros do Banco Mundial de US\$2,15/dia para extrema pobreza e de US\$ 6,85/dia para a pobreza, em termos de Poder de Paridade de Compra (PPC) a preços internacionais de 2017.

Trovão acrescenta ainda que o contexto do Estado favorece a concentração de renda em alguns setores. "Não temos uma estrutura produtiva robusta, com indústrias fortes, então tem uma limitação, do ponto de vista da geração de renda, mais discriminada. Está muito concentrada na mão dos servidores públicos, o que eleva a renda média, mas não significa que todo mundo está ganhando esse rendimento médio. Não é a toa que o RN foi um dos mais beneficiados no período do



MARCELO CASAL JR

Renda per capita domiciliar do RN – a maior do Nordeste – é R\$ 520 menor que a média nacional

Auxílio Emergencial", conta. Os valores divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, do IBGE, foram obtidos a partir dos rendimentos brutos de tra-

balho e de outras fontes, efetivamente recebidos no mês de referência da pesquisa, acumulando as informações das primeiras visitas da PNAD Contínua feitas nos quatro trimestres de 2023.

No caso específico dos rendimentos, são coletadas as informações referentes ao trabalho em todas as visitas e referentes às outras fontes de rendimento nas primeiras e quintas visitas ao domicílio.

Desempenho do Nordeste é abaixo da média nacional

O gestor acadêmico e economista Janduir Nóbrega alerta para o desempenho do Nordeste em comparação com outras regiões do País. Assim como o economista Cassiano Trovão, ele também destaca que o índice indica o nível médio de renda e não reflete a distribuição dessa riqueza entre a população. "A única parte boa desse dado é que nós estamos em primeiro na ponta de cima porque geralmente nós estamos na parte de baixo", diz Nóbrega. Ele acrescenta que o retrato evidencia as dificuldades do Estado e da região, a despeito de todo o potencial. Para se ter uma ideia, a renda per capita domiciliar do RN – a maior do Nordeste – é R\$ 520 menor do que a média nacional, que é R\$ 1.893. Além disso, o menor rendimento do País, no Maranhão (R\$ 945) representa 28% da maior renda per capita domiciliar do País, no Distrito Federal (R\$ 3.357).

"Esse é um dado que aponta fortemente para demonstrar que

RANKING

Renda mensal domiciliar per capita entre os estados do Nordeste em 2023

- Rio Grande do Norte: R\$ 1.373
- Piauí: R\$ 1.342
- Paraíba: R\$ 1.320
- Sergipe: R\$ 1.218
- Ceará: R\$ 1.166
- Bahia: R\$ 1.139
- Pernambuco: R\$ 1.113
- Alagoas: R\$ 1.110
- Maranhão: R\$ 945

Fonte: PNAD/IBGE

a região tem muita dificuldade. É um sinalizador que a própria região enfrenta, que o Estado enfrenta, pela falta de investimentos massivos na geração de produção e desenvolvimento. Quanto mais tempo nós ficarmos nessa dinâmica, maiores serão as nossas dificuldades", comenta.

PEDIDO DE RENOVACÃO DE LICENÇAS
A PETROLEO BRASILEIRO S/A., CNPJ 33.000.167/1049-00, torna público que está requerendo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, as Licenças Ambientais relacionadas a seguir: **Renovação de Licença de Renovação, para 06 (seis) poços petrolíferos** códigos: 7-ET-0854-RN, com a produção escoada para a Estação de Teste ET-E, 7-ET-0916-RN, com a produção escoada para a Estação de Teste ET-L, 7-ET-0948-RN, com a produção escoada para a Estação de Teste ET-F, 7-ET-0949-RN, 7-ET-1017-RN, 7-ET-1030-RN, com as produções escoadas para a Estação de Teste ET-L. Localizados Polo Potiguar, Subpolo ARG, Campo de Produção de Estreito, Municípios de Assú e Caraubais/RN.
Mara Oliveira
Gerente Geral de SMS

CONCESSÃO DE LICENÇA DE ALTERAÇÃO
VELOSO BORGES PESCADOS LTDA, CNPJ nº 40.757.958/0002-27, torna público que recebeu do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – Idema a *Licença de Operação*, com prazo de validade até 13/12/2029, em favor do empreendimento de **Carcinicultura, localizado na Fazenda São Francisco 1, S/N, Soledade/Área Rural, Município de Macau/RN, Cep: 59.500-000.**
Diego Veloso Borges Cardoso
Sócio/Administrador

PEDIDO DE LICENÇA DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO
HINE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE HIDRAULICOS E PNEUMATICOS LTDA., 12.482.538/0007-54, torna público que está requerendo ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA a *Licença de Regularização de Operação para fabricação e reparo de peças de aerogeradores*, localizada na Rod. BR 304, 675, Parque de Exposições, Parnamirim/RN, CEP 59.146-750.
CARMELO ARANDIA SANCHEZ
Representante Legal

MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM
AVISO
LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2023
Processo Administrativo nº 21.314/2022/IDOC
O Município de Parnamirim-RN, através da Comissão Permanente de Licitação de Obras Públicas, torna público para conhecimento dos interessados, que em razão da decisão proferida da 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Parnamirim, no processo 0802903-57.2004.8.20.5124, através de mandado de segurança impetrado por CBR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, resolve proceder com a suspensão da decisão que inabilitou a impetrante da licitação – Concorrência nº 001/2023, habilitando-a a participar da sessão de abertura do Envelope "2" – Proposta de Preços, bem como o recebimento de RECURSO HIERÁRQUICO apresentado pela empresa DLS CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ Nº 14.217.684/0001-92, e abre o prazo para as empresas participantes do certame, apresentarem as CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS, nos termos do artigo 107º, inciso I da Lei nº 8.666/93. Informações através do **Parnamirim Digital**, endereço eletrônico: <https://portalparnamirimdigital.parnamirim.rn.gov.br/>.
Parnamirim/RN, 28 de fevereiro de 2024.
Bruno Batista dos Santos
Presidente da CPL/SEMOP

A operadora HUMANA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA, com registro na ANS sob o nº 35.751-1, diante da obrigação legal contida no inciso II, parágrafo único, art. 13, da Lei nº 9656/98 e na Súmula nº 28/2015-AN, bem como ainda, em face das tentativas sem sucesso de notificação pessoal, vem, por meio do presente Edital, NOTIFICAR os beneficiários abaixo listados para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar desta publicação, regularizem a situação de seu plano de saúde, garantindo, assim, a manutenção dos serviços contratados, podendo, para tanto, comparecer à sede da empresa, situada na Avenida Frei Serafim, 2155, Centro - Teresina/PI, ou na filial situada na Avenida Prudente de Moraes, 870, Tirol - Natal/RN, de segunda a sexta, horário comercial. A não regularização da situação contratual no prazo acima conferido acarretará na adoção das medidas previstas na legislação supramencionada. A HUMANA aproveita o ensejo para ressaltar o prazer em tê-los como clientes, desejando que esta relação permaneça firme e duradoura.
C O N T R A T O : R N 0 0 0 1 2 7 6 4 C P F : 9 1 2 6 1 5 1 1 4 ; C O N T R A T O : R N H S 1 4 3 5 8
CPF: 076138914; CONTRATO: RNHS49506 CPF: 058311194; CONTRATO: ODC42442
CPF: 405053978; CONTRATO: RN00090183 CPF: 700455994; CONTRATO: RN00091963
CPF: 034576624; CONTRATO: RN0092642 CPF: 595347024; CONTRATO: RN00079698
CPF: 0892526404; CONTRATO: RN00085684 CPF: 058831474; CONTRATO: RN00093580
CPF: 025702354; CONTRATO: RNHS17076 CPF: 124346527; CONTRATO: RNHS23210
CPF: 107377384; CONTRATO: RNHS5434 CPF: 702910454; CONTRATO: RNHS9571
CPF: 706357614; CONTRATO: RNHS13332 CPF: 035207974; CONTRATO: RNHS13500
CPF: 466650484; CONTRATO: RNHS232024 CPF: 700377684; CONTRATO: RNHS23397
CPF: 058832514; CONTRATO: RNHS23206 CPF: 049885214; CONTRATO: RNHS41085
CPF: 018274234; CONTRATO: RNHSPJ16621 CNPJ: 431758450001; CONTRATO: RNHSD16647
CNPJ: 462982520001; CONTRATO: RNHSPJ18401 CNPJ: 106515540001; CONTRATO: RNHSPJ21382
CNPJ: 091133820001; CONTRATO: RNHSPJ25492 CNPJ: 27046240001; CONTRATO: RNHSPJ2589
CNPJ: 209723200001; CONTRATO: RNOND32594 CPF: 059478844; CONTRATO: RNOND32578
CPF: 671444544; CONTRATO: RNOND32595 CPF: 065550034; CONTRATO: RNPD003148
CNPJ: 397403000001; CONTRATO: RNPJ00639 CNPJ: 166526730001; CONTRATO: RNPJ00639
CNPJ: 166526730001; CONTRATO: RNPJ005217 CNPJ: 239450510001; CONTRATO: RNPJ005261
CNPJ: 147766970001; CONTRATO: RNPJ008154 CNPJ: 404040560001; CONTRATO: RNPJ010443
CNPJ: 045671670001; CONTRATO: RNPJ010783 CNPJ: 701530770001; CONTRATO: RNPJ011372
CNPJ: 462982520001; CONTRATO: RNPJ011484 CNPJ: 247550260001; CONTRATO: RNPJ012758
CNPJ: 403408410001; CONTRATO: RNPJ021002 CNPJ: 246673490001; CONTRATO: RNPJ025511
CNPJ: 359481020001; CONTRATO: RNPJ025903 CNPJ: 129438970001; CONTRATO: RNPJ025984
CNPJ: 197066160001; CONTRATO: RNPJ016836 CNPJ: 2733